GUIMARÃES, Marcella Lopes (org.). *Por São Jorge! Por São Tiago! Batalhas e narrativas ibéricas medievais.* Curitiba: Editora UFPR, 2013, 195p.

Ana Luiza Mendes[*]
Doutoranda em História
Universidade Federal do Paraná

● **Enviado em: 28/08/2014**
● **Aprovado em: 30/10/2014**

O livro *Por São Jorge! Por São Tiago! Batalhas e narrativas ibéricas medievais* é composto por cinco capítulos que trazem à tona o exame de cinco batalhas compreendidas entre os séculos VIII e XV na Península Ibérica e em África. Contudo, a obra não nos oferece simples narrativas dessas batalhas – Batalha do Guadalete (711), Batalha de Las Navas de Tolosa (1212), Batalha do Salado (1340), Batalha de Aljubarrota (1385), Tomada de Ceuta (1415) – mas coloca sob o escopo de análise as narrativas que foram produzidas sobre esses eventos a fim de compreender o seu significado dentro de uma conjuntura complexa de fatos, que envolve forças gestadas por indivíduos e fatos entrelaçados em uma rede de acontecimentos, circunstâncias e enredos, assim como o significado desses eventos foram perpetuados, reutilizados e ressignificados posteriormente.

Para compreender, portanto, essa complexa rede de relações que contribuíram para a formação da Península Ibérica, também se faz necessária a discussão sobre os conceitos pertinentes a esse contexto. Esta é proposta da análise do primeiro capítulo, em que Renan Frighetto expõe a necessidade de esclarecimento de conceitos sobre a antiguidade e o medievo, assim como a abertura para novas ideias que nos levam à flexibilização dos parâmetros cronológicos e didáticos do tempo histórico.

A revisão de conceitos é, portanto, de suma importância para a compreensão do período e, consequentemente da batalha estudada, que, para o autor, deve ser compreendido a partir do conceito de transformação, pois compreende certas continuidades ou lentas mudanças que constituem a identidade própria do período denominado Antiguidade Tardia.

[*] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR.

Após situar o leitor no contexto, ele parte para a análise da Batalha do Guadalete que opôs o reino hispano-visigodo de Toledo e os *mauri*, convertidos ao islamismo, culminando no fim da dominação goda na *Hispania*.

O autor compreende a Batalha do Guadalete e seus desdobramentos como o início da Alta Idade Média na Península Ibérica, porém, não compreende a batalha em si como o mote dessa transformação. A batalha encontra-se em meio a uma conjuntura de contínua fragmentação e enfraquecimento político do reino hispano-visigodo, constituindo-se como o ápice dessa desestruturação que culmina efetivamente em mudanças nas estruturas do poder que, a partir de então, passa a ser islamizado.

O segundo capítulo também aborda um confronto que opõe cristãos e muçulmanos que, segundo José Rivair Macedo, foi uma das batalhas que contribuíram para a definição de territórios da Península. Diferentemente da Batalha do Guadalete, a Batalha de Las Navas de Tolosa findou com a vitória dos cristãos ibéricos, com o recuo dos muçulmanos e com a aceleração do processo de hegemonia dos reinos cristãos peninsulares.

Tal vitória nessa batalha foi, portanto, a consagração da Reconquista. Assim, compreende-se que a Batalha de Las Navas de Tolosa insere-se num processo de amplos embates políticos e militares cujos objetivos eram a ampliação da fronteira cristã face ao domínio dos muçulmanos que eram retratados como demônios nas canções de gesta, mas, como aponta o autor, nem sempre foram tratados com rejeição. As relações entre cristãos e mouros oscilavam entre a animosidade, a concorrência e a aliança.

Sobre a narrativa da batalha, o autor aponta que nas crônicas muçulmanas o evento é minorizado, ou ainda, silenciado, o que possibilita a análise das diferentes perspectivas de memória a que esses eventos estão sujeitos, assim como a variações dos indivíduos idealizados na sua descrição, conforme o foco narrativo do cronista. Assim, é possível visualizar elementos ideológicos que convergem para a cristalização dos ideais da Cristandade, conferindo à batalha uma dimensão sagrada, concomitante com a ideologia da Reconquista que, entre outros valores, transmitia a ideia da ilegitimidade da religião e do poder islâmico.

A análise do relato da batalha também é o viés escolhido por Fátima Regina Fernandes que no terceiro capítulo aborda a Batalha do Salado ou, mais especificamente, a utilização do relato da batalha enquanto um instrumento ideológico.

A autora dialoga com o *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro, com a *Crônica Geral de Espanha* e com a *Crônica de D. Afonso IV* para analisar as diversas formas de apreensão que a batalha recebe nas diferentes fontes.

Assim, no *Livro de Linhagens* é possível verificar, segundo a autora, a construção do perfil do vassalo ideal, personificado em Álvaro Gonçalves Pereira, além de justificar e legitimar a ação dos monges-guerreiros como modelos, uma vez que estes seriam imprescindíveis para a defesa do reino.

Por sua vez, a *Crônica Geral de Espanha*, escrita logo após o *Livro de Linhagens*, num momento de exílio imposto ao conde D. Pedro por seu irmão, D. Afonso IV, é possível verificar o lado castelhano da batalha, mais especificamente os preparativos de Castela para o embate, além de apontar as negociações de apoio do rei português ao castelhano.

Já a *Crônica de D. Afonso IV,* contida na *Crônica dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, sem autoria reconhecida, é escrita no século XV, quando os atores do evento já não existem mais. Dessa forma, o relato da batalha é menos detalhado, mas dá ênfase à ideia de uma guerra justa, sendo que a guerra justa é a do rei. Só ao rei caberia o poder de deflagrar ou encerrar uma guerra justa.

Diante disso, a autora consegue visualizar nas fontes diferentes formas de narrativa sobre a batalha que seguem um objetivo específico, ou seja, cada uma tem um foco, uma intenção ideológica concomitante com a necessidade de legitimação de um único personagem, como o rei, ou um grupo específico, a nobreza que é destacada na *Crônica Geral de Espanha* a partir da sua importância enquanto apoio do rei.

Dessa forma percebe-se que a narrativa é um tema extremamente frutífero para a discussão histórica, visto as conexões que elas promovem entre o passado e suas reutilizações. É nessa perspectiva que se desenvolve o quarto capítulo, o qual aborda a evocação da Batalha de Aljubarrota.

Marcella Lopes Guimarães compreende a evocação de Aljubarrota como uma forma de não só dialogar com a atual reflexão historiográfica, mas também como forma de analisar a cultura portuguesa com a qual se relaciona e pela qual é retomada e ressignificada. É possível verificar, segundo a autora, que a retomada desta batalha está inserida num contexto de afirmação da identidade portuguesa como um país europeu, frente a sua inserção na comunidade cultural europeia. Diante disso, a autora salienta que as fontes devem ser analisadas para além do registro dos acontecimentos, abordando não só o sentido da batalha, mas também o sentido da sua lembrança.

Para tanto, a autora utiliza quatro crônicas, escritas por Pero Lopez de Ayala, Fernão Lopes, Jean Froissart e a *Crônica do Condestabre*. Cada uma dessas crônicas tem um foco distinto que se relaciona a um objetivo determinado e diferente das demais. Assim, no que diz respeito à primeira crônica, Ayala, castelhano, define D. João como um aventureiro que se

chamava rei de Portugal. O Mestre de Avis também ganha destaque na crônica de Froissart, o qual deixa claro que Aljubarrota é a prova de D. João.

A crônica de Fernão Lopes nos oferece um diferente viés. Escrevendo posteriormente à batalha, Lopes compõe uma obra que celebra a nova dinastia, batizada na batalha. "Diferentemente de Ayala ou Froissart, Fernão Lopes interpreta os eventos que narra via providencialismo, pintando o Mestre de Avis com as cores de um messias [...]." (p.142). Como a autora salienta, a escrita de Lopes é coerente com o contexto da qual emerge, no qual as correntes messiânicas estão presentes, diferente do contexto de Ayala e Froissart.

Por sua vez, a *Crônica do Condestabre*, diferente das acima citadas, não é uma crônica régia, mas uma crônica biográfica senhorial. Diante disso, é possível deduzir que seu foco não será a exaltação dos feitos do rei, mas sim de um homem de armas. Nesta crônica o cavaleiro é protagonista e ela é escrita para que seus feitos não sejam esquecidos.

Apesar dos diferentes matizes pelos quais a Batalha de Aljubarrota é abordada nas crônicas, o fato é que podemos identificar um objetivo comum na sua escrita: a da lembrança. Lembrança não necessariamente do evento em si, mas de uma excepcionalidade, a do rei ou a do cavaleiro, que deverão ser rememoradas como um exemplo.

Desta feita, podemos compreender que as batalhas ou os feitos jacentes a elas são utilizadas como monumentos de memória e também de simbolismo. Segundo Daniel Augusto Arpelau Orta[1], "a concepção de escrita da História na sociedade portuguesa do século XV parece ter sido a eleição de temas considerados notáveis para a configuração política e exaltação de qualidades morais". (p.160)

Tal perspectiva parece coerente com a abordagem das fontes pertinentes às batalhas ibéricas, assim como também o é para a análise perpetrada por Orta em torno da Tomada de Ceuta, cujos estudos modernos dão a esse evento a monumentalidade de uma mudança de eras: com ela a Idade Média é superada pela Modernidade. Diante disso, o próprio passado torna-se monumental e como tal é resgatado, sobretudo quando se busca fundamentar uma identidade através de primazias econômicas e de conquistas.

No que diz respeito às fontes, o autor aponta para o caráter ideológico da sua escrita. No *Livro dos Arautos*, de autoria desconhecida, D. João teve a intenção de atacar Ceuta para diminuir a ajuda africana ao reino de Granada. Porém, para o cronista Gomes Eanes de Zurara,

[1] Daniel era Doutorando em História na UFPR e veio a falecer em junho de 2013. Em abril de 2014 recebeu do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR o título de Doutor *post-mortem*. A Revista Diálogos Mediterrânicos, vinculada ao Nemed, um dos grupos de pesquisa do curso de História da UFPR, do qual Daniel fazia parte, lhe dedicou seu quarto volume. Vide: http://www.dialogosmediterranicos.com.br/index.php/RevistaDM/article/view/78/85.

a escolha de Ceuta resulta da paz com Castela e da possibilidade de atacar Granada. As fontes, portanto, mostram-se diferentes ao apontarem a intenção régia diante do embate.

Por sua vez, Mateus de Pisano, proveniente da Península Itálica, escreve o *Livro da Guerra de Ceuta* dez anos após Zurara, o que o coloca numa situação de possível leitura deste, com o objetivo de divulgação da obra e do evento às demais regiões do continente através do latim.

Percebe-se, portanto, que em todos os capítulos do livro os autores se preocuparam em analisar as diferenças de narrativa que as fontes oferecem de um mesmo evento. Dessa maneira, a obra insere-se num debate profícuo sobre o estudo de batalhas e narrativas que por certo período foi rechaçado e condenado. Na verdade, a proposta desta produção não é a análise do evento em si, mas suscitar a reflexão sobre a complexidade na qual esse evento está inserido e a complexidade também dos seus discursos que nunca são neutros. As narrativas não são simples narrativas, mas revelam, como podemos verificar, formas de divulgação de valores morais, de conduta e de legitimidade. Em algumas das fontes analisadas podemos verificar, inclusive, o explícito desejo de que o passado seja relembrado. E, de fato, ele é relembrado como forma de legitimar, identificar, ou ainda, restituir uma identidade seja nos séculos do medievo ou da atualidade. Dessa forma, além de explicitar a importância histórica do estudo das batalhas e narrativas, os autores também situam o papel do historiador que, além de estudar o passado, também percebe como este é utilizado no presente.